

NACIONAL

SABER MAIS

150

euros é o preço do produto da Tilray à venda nas farmácias. A flor seca com 18% de THC vem em embalagens de 15 gramas e há doentes que precisam de entre 3 a 6 por mês.

Sete indicações

As substâncias à base de canábis para fins medicinais podem legalmente ser prescritas quando os tratamentos convencionais não resultam ou provocam efeitos adversos relevantes, em sete indicações terapêuticas: espasticidade associada à esclerose múltipla; estimulação de apetite nos cuidados paliativos; náuseas e vômitos em tratamentos oncológicos ou sida; dor crónica; síndrome de Tourette; epilepsia e glaucoma.

Único produto de canábis chega a poucos doentes

Desconhecimento e resistência de médicos persistem. Num ano, Tilray vendeu 548 embalagens

Inês Schreck
ines@jn.pt

SAÚDE A primeira e única preparação à base de canábis autorizada em Portugal chegou às farmácias há cerca de um ano, mas serve poucos doentes. Desde abril do ano passado, foram vendidas cerca de meio milhar de embalagens, sendo que há doentes que usam mensalmente entre três a seis unidades. Ou seja, poderão ser menos de 20 os doentes a beneficiar do produto. Dificuldades no acesso à prescrição, motivadas por desconhecimento e resistência dos profissionais de saúde, bem como o preço elevado, serão alguns dos entraves a uma maior adesão à terapêutica.

No último ano, a empresa Tilray reportou a venda de 548 embalagens de flor seca com 18% de THC (canabinoide), segundo referiu o Infarmed ao JN. Após um início conturbado, com problemas na prescrição eletrónica e na distribuição às farmácias, a comercialização entrou em modo cruzeiro.

Apesar de pouco expressivos, os números não estão a defraudar as expectativas. Ao JN, a empresa realçou que “não é expectável que as terapêuticas à base da planta da canábis para fins medicinais sejam prescritas a milhares de doentes a nível nacional”, porque não são resposta de primeira linha. O expectável é que “estejam acessíveis para que possam ser prescritas aos doentes que não vêm a sua condição médica resolvida pelos fármacos previamente administrados”, referiu José Tempero, diretor global de assuntos médicos da Tilray Medical. O responsável adiantou que “têm sido vendidas aproximadamente 50 unidades por

mês”, um pouco mais do que o número reportado ao Infarmed, mas não especificou o número de doentes em tratamento porque as dosagens variam consoante as necessidades dos utilizadores.

Para a empresa, não há limitações no acesso, mas um “desconhecimento normal pelo facto de os canabinoides não fazerem parte do arsenal terapêutico dos profissionais de saúde, até muito recentemente”. Além disso, nota, “não ocupam uma parte relevante dos planos curriculares na maioria das universidades”.

PRODUTOS EM AVALIAÇÃO

Já o Observatório Português para a Canábis Medicinal (OPCM) conhece bem os entraves. “Temos muitas pessoas que nos dizem que há desconhecimento e resistência dos médicos na prescrição”, assegura Carla Dias, presidente do OPCM.

A regulamentação da lei que permite a utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais é de 2019, mas, até agora, há apenas um produto disponível nas farmácias. Segundo o Infarmed, estão em curso dois pedidos de autorização de colocação no mercado (ACM) de preparações à base de canábis. Um relativo a flor seca para inalação por vaporização e outro relativo a uma solução oral. Ambos aguardam respostas por parte das entidades requerentes, adiantou.

A referida solução oral é também um produto da Tilray, confirmou a empresa, garantindo que está a fazer os “melhores esforços para que esta preparação fique acessível a todos os doentes que dela necessitem ainda no decorrer do presente ano”. ●



Bryan Custódio é utente do Centro de Saúde de Vila Nova de Milfontes, no Alentejo

~ TESTEMUNHO ~

Médica não queria renovar receita e chamou-lhe “drogado”

Bryan Custódio toma produto aprovado pelo Infarmed. ULS do Litoral Alentejano abriu processo de averiguações interno a especialista

RECUSA Um problema com a aplicação móvel SNS24, na qual recebe a renovação automática da receita para comprar na farmácia as embalagens de flor seca de canábis, obrigou Bryan Custódio a deslocar-se ao

Centro de Saúde de Vila Nova de Milfontes no passado dia 18 de abril. A médica de família estava de licença de maternidade e foi atendido por uma clínica que estava a substituí-la. Quando pediu a renovação

da prescrição, nem queria acreditar na resposta.

“Disse-me que era contra drogas e para eu me ir embora”, conta Bryan. Atorreado com a reação da médica, pediu-lhe que apresentasse por escrito a recusa em passar a receita para poder justificar um novo pedido de consulta.

A médica reagiu, ligou à diretora do centro de saúde e foi aconselhada a passar a receita. “Disse-me que só ia passar uma e porque era obrigada, mas que nunca mais me queria ver, porque não queria drogados nas suas consultas e a entupir o centro de saúde”, relata o utente que, de imediato, apresentou reclamação.

Bryan Custódio, 22 anos, sofre de um transtorno funcional que lhe provoca parestesias, movimentos involuntários e câibras nas pernas. Por causa da doença, teve um acidente gra-

Professores contestam novas regras

Mais de 20 queixas enviadas à Provedoria. Fenprof pede mudança igual para todos

Alexandra Inácio
alexandra.inacio@jn.pt

RECRUTAMENTO As novas regras anunciadas na semana passada pelo ministro da Educação para minimizar a falta de professores no 3.º período estão a gerar contestação. Desde sexta-feira à tarde, quando saíram as colocações da reserva de recrutamento, chegaram à Provedoria de Justiça “mais de 20 queixas”, apurou o JN. Fenprof, SIPE e ASPL pedem ao ministério que os horários de todos os contratados sejam completados. O problema, garantem, é que a regra pode gerar ultrapassagens na carreira, além de penalizar quem aceitou horários incompletos.

Filipa Carvalho está, desde novembro, colocada num horário de 16 horas letivas, em Famalicão. Faz mais de 60 quilómetros por dia para ir dar aulas e, se a docente que está a substituir regressar da baixa, vai para o desemprego. Aos 40 anos e após 10 a dar aulas em horários incompletos, ficou revoltada quando percebeu que docentes mais novos foram colocados em horários completos e anuais (até 31 de agosto) perto da sua casa.

João Costa havia anunciado a medida para as regiões mais deficitárias (Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), mas a mudança foi aplicada em todo o país. “Se

fosse para tornar mais apelativos horários em regiões onde não há candidatos, nem me chocava, mas assim não pode ser”, frisa, assumindo ter enviado queixa para a provedora de Justiça, presidente da República e primeiro-ministro.

ULTRAPASSAR NA CARREIRA

O problema, dizem Fenprof e SIPE, é que a medida pode criar ultrapassagens na carreira. Isto é, explica Mário Nogueira, “docentes menos graduados colocados agora acabarem o ano com mais tempo de serviço do que os colocados há mais tempo em horários pequenos”.

“É uma boa medida, mas tem de ser para todos”, frisa Júlia Azevedo. Fenprof, SIPE e ASPL enviaram ofício à tutela a pedir que todos os horários dos docentes a dar aulas sejam completados, a partir de 29 de abril, e os contratos prolongados até 31 de agosto.

O ministro anunciou que todos os horários completos e anuais serão renovados para o próximo ano letivo. Dirigentes e professores levantam a dúvida se a medida pode abranger os docentes colocados a partir de dia 29. Se assim for, as ultrapassagens aumentarão. O JN interpelou o ME, o gabinete de João Costa limitou-se a sublinhar que a medida pretende reduzir o número de lugares sem aceitação. ●



Docentes temem ser ultrapassados na carreira

Foram abertos dois inquéritos sobre o caso dos refugiados

Marcelo defende que se investigue a sociedade civil. Secretária de Estado pediu a demissão

Hermana Cruz
hermana.cruz@jn.pt

ACOLHIMENTO A Inspeção-Geral das Finanças e a Comissão Nacional de Dados (CNPd) já abriram inquérito ao acolhimento dos refugiados ucranianos em Setúbal. O Ministério da Coesão Territorial está ainda a averiguar denúncias sobre outras câmaras. O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, quer que se alargue a investigação à sociedade civil. E garantiu que o caso nada teve a ver com a demissão de ontem da secretária de Estado da Igualdade e Migrações. Segundo o JN apurou, Sara Guerreiro saiu por razões de saúde.

Um dia depois de o primeiro-ministro ter anunciado que o pedido de inquérito feito ao Governo pela Câmara de Setúbal seria remetido para a CNPD e para o Ministério da Coesão Territorial, a tutela de Ana Abrunhosa comunicou que o caso já foi enviado para a Inspeção-Geral das Finanças, a quem competem os “inquéritos e sindicâncias”.

Mas Ana Abrunhosa não quer apenas averiguar as denúncias referentes a Setúbal. Também está a “recolher informação adicional para posterior apreciação” sobre o acolhimento de refugiados da guerra na Ucrânia noutras autarquias”.

“UMA QUESTÃO PESSOAL”

Entretanto, a Proteção de Dados também abriu um inquérito. “Para averiguar se efetivamente houve ou não alguma ilegalidade ou algum incumprimento da lei na recolha e no tratamento



Isabel Rodrigues já tomou posse, em Belém

de dados pessoais”, disse a coordenadora, Clara Guerra.

Mas o presidente da República quer mais. Marcelo Rebelo de Sousa defende que a investigação deve ser alargada a todas as entidades envolvidas no acolhimento de refugiados ucranianos, inclusivamente à sociedade civil.

“A Constituição prevê respeito pela privacidade das pessoas e dos seus dados”, justificou Marcelo, vincando que é “um princípio básico do Estado de direito”.

O chefe do Estado considerou, porém, que a imagem do país não ficou manchada, porque “há uma reação”. E sublinhou que a demissão de ontem da secretária de Estado da Igualdade e

Migrações, Sara Guerreiro, nada teve a ver com o caso dos refugiados.

“Não. Infelizmente não foi por nenhuma razão política. Foi por uma questão pessoal de força maior”, assegurou Marcelo Rebelo de Sousa, antes de dar posse à substituta, Isabel Rodrigues.

O primeiro-ministro, António Costa, confirmou, ao pedir respeito por quem adoece e ao afirmar que se sentiu “envergonhado” com a “especulação” em torno da saída de Sara Guerreiro.

PRESTADA INFORMAÇÃO

Marcelo Rebelo de Sousa recusou, todavia, atribuir qualquer conotação ao caso de Setúbal com o PCP, lembrando que podem ser descobertos casos de câmaras de outras forças políticas.

Por sua vez, a alta-comissária para as Migrações escusou-se a comentar as denúncias, dizendo que António Costa e Marcelo Rebelo de Sousa “já prestaram a informação necessária”. “Não conseguimos chegar a todos os CLAIM (centros locais de apoio à integração de migrantes) diariamente, mas fazemos um esforço muito grande de monitorização”, disse Sónia Pereira. ●

DEMISSÃO

Marcelo Rebelo de Sousa

Presidente da República

“Foi uma substituição imediata porque, como o senhor primeiro-ministro, aliás, me fez saber, é um pelouro hoje muito importante”

ve, que resultou em várias fraturas e, desde então, tem dor crónica na lombar e cóccix. Há vários meses que toma o produto da Tilray para aliviar as dores e as fortes crises.

“Até aqui, o meu problema era o preço, agora que consegui resolver essa parte, vem uma médica chamar-me drogado e recusar-se a renovar as receitas que a minha médica de família prescreveu, só porque é contra”, refere, indignado. A única embalagem que conseguiu comprar dá para dez dias. Ou arranja mais duas receitas ou terá de ratear a dose e sujeitar-se às dores.

Confrontada pelo JN, a ARS do Alentejo informou que a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, à qual pertence o Centro de Saúde de Vila Nova de Milfontes abriu um processo de averiguações interno. ● INÊS SCHRECK